

## **SOCIALIZAÇÃO RELIGIOSA NA ESCOLA PÚBLICA: UM ESTUDO SOBRE ESTRATÉGIAS DIFUSAS DE TRANSMISSÃO DE DISPOSIÇÕES DE CULTURA**

Gabriela Abuhab Valente – FEUSP

Partindo do pressuposto de que a escola é um espaço de socialização e, portanto, também de subjetivação (DUBET, 2011), de aquisição de formas de ser, agir, pensar e ver o mundo, este trabalho propõe as perguntas: qual é a influência do clima escolar na socialização religiosa de crianças? Quais são as estratégias para que esta socialização religiosa ocorra?

Para refletir sobre essas questões, essa pesquisa volta-se para o que, nas palavras de Gimeno-Sacristán (2000) seria o currículo real, aquilo que realmente acontece na instituição escolar, caracterizado pelo o que está explícito e implícito, como gestos, palavras, símbolos e etc.

Assim, este estudo de cunho sociológico, teórico e exploratório possui o objetivo de identificar e analisar a existência de estratégias e mecanismos não sistematizados ou difusos de construção de disposições religiosas no ambiente escolar.

A sociedade, segundo Berger (1985), tem um importante papel na “ação formativa da consciência individual”. Cada sujeito é socializado para viver de uma determinada forma e em um determinado local. Os espaços mais tradicionais da educação como a família, a escola, a religião e a tradição fornecem um sistema simbólico que inclui determinada forma de organizar ideias, de julgar pensamentos; e uma ordem (*nomos*) – que dá condições para a vida em sociedade. Esse sistema simbólico é definido como cultura, como a “segunda natureza” do homem, podendo ser material ou não-material. Ademais, a cultura é produto das experiências dos homens e depende de uma construção coletiva (*idem*). Exatamente por ser produção e reprodução

do homem, ela é instável e precária. A cultura está “predestinada a mudar” (PIERUCCI, 2008, p.11 e BERGER, 1985).

Ademais, Bourdieu (2007) traz a escola e a família como possuidoras de um grande poder de construir disposições culturais. Essas são adquiridas pelos agentes na sua trajetória de vida, especialmente em sua infância, que estão incorporados como se fosse uma segunda pele e que é inconsciente, permitindo que o agente aja de forma “natural” (ou naturalizada) em diferentes situações de vida (BOURDIEU, 1990).

Concordamos com a assertiva de que a religião, legitimadora das atividades sociais (BERGER, apud FRIGEIRO, 2008, p.25), não só está presente na cultura, mas também é um dos pilares que sustenta os valores e normas sociais e pode ter consequências políticas (PRANDI, 2008, p.25; 1997, p.22-23). A religião influencia diretamente a construção da sociedade: por meio da escolha de uma religião, o homem se enquadra em uma determinada maneira de ver as coisas e de viver suas experiências, colocando sua vida “em ordem” e repleta de significados, além de se sentir protegido contra o caos (BERGER, 1985).

Tendo como pressuposto que a religião é uma forma de orientação de conduta e um elemento da cultura brasileira (PRANDI, 2008, p.155 e 170), além de um espaço de construção de sentido que permite a aquisição de dispositivos que afetarão a construção do mundo social (SETTON, 2008), a pesquisa atentará à como o ambiente escolar, através de símbolos que ali estão enraizados e de relações historicamente construídas, orienta a conduta de professores e alunos no tocante a religião.

Vicent, Lahire e Thin (2001) ao recordar a história das ideias pedagógicas, pontuam que a utilização de codificações como uma das características da “forma escolar”, unidade inconsciente surgida no século XV que se torna hegemônica e legítima nos dias de hoje, permitindo que haja uma “produção de efeitos de socialização

duráveis” (p. 30). As ações organizadas pretendiam “não somente vigiar as crianças mas também levá-las a adquirir ‘hábitos de vida regular’, assiduidade e pontualidade.” (p. 42). Estas pretensões estão ainda presentes na escola da atualidade, de forma naturalizada.

O clima escolar, por ter elementos explícitos e também implícitos, não está presente apenas nos conteúdos prescritos do currículo. Para Gimeno Sacristán (1995), o currículo é mais do que uma técnica, é um processo, o que pressupõe uma constante construção. A dimensão oculta concerne àquilo que não está explicitado como intenção e que acaba por fugir do controle do professor; são os valores e normas presentes no cotidiano escolar de forma difusa e que não são mencionadas no currículo prescrito.

Como pretensão explícita do currículo (mas não prescrita), poderíamos apontar o conhecimento e as aprendizagens indicadas pelas orientações nacionais (PCNs) e, também, normas de comportamentos e valores. A escola impõe, por meio de seu currículo, um sistema organizado de imprimir nos alunos um repertório de cultura, uma forma de organizar ideias, de aquisição do saber e de interpretação do mundo (GIMENO SACRISTÁN, 1998, p. 142).

Comportamentos implícitos são incorporados de uma maneira difusa pela vivência no estabelecimento escolar e pela relação com os pares. Segundo Lahire (2002, p.186), a aquisição desses “hábitos, saberes, técnicas, etc” dependem de um interesse próprio dos sujeitos, e um desses interesses seria a busca de reconhecimento para se enquadrar à instituição da melhor maneira possível, principalmente, daqueles mais jovens que irão se utilizar da apropriação, da incorporação e da adesão à ordem instituída para se enquadrarem socialmente e assim serem reconhecidos como parte integrante do grupo escolar (BOURDIEU, 2001, p.202).

O Brasil é um Estado laico, isto é, o Estado não estimula nenhuma tradição religiosa nem é contra qualquer uma delas. Portanto, o Estado tem como papel preservar a garantia de que cada cidadão tenha o direito de fazer a escolha de crer ou não crer sem que haja interferência do Estado (FISHMANN, 2008, p.5-6). Assim, as escolas públicas têm como premissa proporcionar um ensino laico, respeitando o pressuposto de que seus alunos são diferentes uns dos outros, além de garantir a eles que suas diferenças religiosas sejam respeitadas neste espaço (FISHMANN, 2004).

Levando em consideração a historiografia da escola, podemos perceber que a escola nem sempre foi uma instituição laica, muito pelo contrário. Segundo Dubet (2011, p. 293), a escola republicana foi pensada tendo a formação de fiés pela Igreja como modelo, mantendo seus mecanismos e mudando alguns de seus valores.

O Brasil é um país intrinsecamente religioso. Acreditava-se que com o advento da modernidade, a religiosidade iria perder espaço social. No entanto, as religiões têm proliferado no Brasil (PRANDI, 1997, p.24; CUNHA, CAVALIERE, 2007, p. 119). A quantidade de seguidores das crenças evangélicas tem aumentado muito nos últimos anos (PRANDI, 2008, p.155), o que produz um grande impacto social e político (GIUMBELI, 2004, p.47).

Segundo Frigerio (2008), a partir da pluralidade religiosa, há um fortalecimento deste mercado, que consegue atender cada vez mais e melhor às demandas da população, além de haver um enriquecimento cultural. Pierucci (2008) acrescenta que o século XX foi o século que marcou a secularização do Estado, inclusive no Brasil. Isso permite a livre concorrência entre instituições religiosas e proporcionou um “agito religioso no plano cultural” (PIERUCCI, 2008, p. 15).

Desta forma, a disposição de cultura religiosa incorporada prematuramente (na socialização primária) é passível de mudanças, é dinâmica; e reitera a ideia de uma

hibridização religiosa, no sentido que o indivíduo está exposto a um intercâmbio cultural e que, a partir daí, cria e reinventa a sua própria religião (SETTON, 2011).

Revela-se que a religião é trazida para dentro dos muros escolares de diferentes maneiras: através dos alunos, que constroem sua identidade em diferentes espaços socializadores, entre eles, a instituição religiosa e a família; por meio do currículo prescrito para a disciplina Ensino Religioso; pelo contexto cultural da escola; pela cultura dos professores/funcionários, entre outros.

No campo foi possível perceber que certas professoras utilizam marcas religiosas em seus corpos, como por exemplo, o uso do crucifixo. Além disso, festas religiosas como a Páscoa é celebrada pela escola com a produção de trabalhos artísticos elaborados pelas crianças (vide foto), distribuição de chocolates, apresentação de música para os pais e mensagens em painéis. Agora resta verificar como e quanto essa religião influencia a socialização religiosa das crianças.



## Referências bibliográficas

- BERGER, P. Religião e construção do mundo. In: *O dossel sagrado – elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulus, 1985.
- BOURDIEU, P. Títulos e ascendência de nobreza cultural. In: *A distinção – crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP/Ed. Zouk, 2007. P. 62-92.
- \_\_\_\_\_. Espeço social e o poder simbólico. In.: *Coisas Ditas*. São paulo : Ed. Brasiliense, 1990. P. 149-168.
- \_\_\_\_\_. Violência simbólica e lutas políticas. In: *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CUNHA, L. A. CAVALIERE, A. M. O ensino religioso nas escolas públicas brasileiras: formação de modelos hegemônicos. In: ZAGO, Nadir; PAIXÃO, Lea (orgs). *Sociologia da Educação – pesquisa e realidade brasileira*. Petrópolis – RJ: Vozes, 2007.
- DUBET, F. Mutações cruzadas: a cidadania e a escola. In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, maio-ago. 2011.
- FISHMANN, R. “Escolas públicas e ensino religioso subsídios para a reflexão sobre o Estado laico, a escola pública e a proteção do direito à liberdade de crença e de culto”. *ComCiência*. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, v. 56, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Estado Laico*. Memorial da América Latina, 2008.
- FRIGERIO, A. O paradigma da escolha racional: mercado regulado e pluralismo religioso. *Revista Tempo Social*. Vol.20, n2. Novembro de 2008.
- GIMENO SACRISTÁN, J. Currículo e diversidade cultural. In: SILVA, T.L., MOREIRA, A. F.(ORGS.) *Territórios contestados*. O currículo e os novos mapas culturais. Petrópolis: vozes, 1995, p. 82-113.
- \_\_\_\_\_. O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise da pratica? In: GIMENO SACRISTÁN, J. PÉREZ GOMÉZ, A. I. *Compreender e transformar o ensino*, Porto Alegre: Artmed, 1998, p.119-142.
- \_\_\_\_\_. “O currículo como confluência de práticas” e “A política curricular e o currículo prescrito”. In: *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3. Ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.
- GIUMBELI, E. Religião, estado e modernidade: notas a propósito de fatos provisórios. *Revista Estudos Avançados*. 18 (52). Pp. 47-62. 2004.
- LAHIRE, B. *O homem plural – os determinantes da ação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- PIERUCCI, A. F. De olho na modernidade religiosa. *Revista Tempo Social*. Vol.20, n2. novembro de 2008.
- PRANDI, R. Introdução: As religiões no Brasil Contemporâneo. In: PRANDI, Reginaldo. *Um sopro do espírito*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 1997.
- \_\_\_\_\_. Converter indivíduos, mudar culturas. *Revista Tempo Social*. Vol.20, n2. novembro de 2008.
- SETTON, M. G. J. As religiões como agentes da socialização. *Cadernos CERU*, série 2, v. 19, n.2, dezembro de 2008.

\_\_\_\_. Teorias da Socialização: um estudo entre as relações indivíduo e sociedade. *Revista da Faculdade de Educação* (Universidade de São Paulo. Impresso) v. 04, p. 23-33, 2011.

SIMONS, U. Oração subordinada. *Revista Educação*. Ano 14. n.166. fevereiro, 2011.

VICENT, G. LAHIRE, B. THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 33, jun/2001.